

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A QUESTÃO DE GROSSOS E SUA INFLUÊNCIA NA FUNDAÇÃO DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANTÔNIO SIRONNE MEDEIROS DA SILVA**

**NATAL/RN**

**2007**

**ANTÔNIO SIRONNE MEDEIROS DA SILVA**

**A QUESTÃO DE GROSSOS E SUA INFLUÊNCIA NA FUNDAÇÃO DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Monografia apresentada à Disciplina de Pesquisa Histórica II, com a finalidade de concluir o Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da professora Margarida Dias.

**NATAL/RN**

**2007**

À minha saudosa mãe, Macária Medeiros da Silva.

**"O vigor físico é bom, o vigor intelectual é  
melhor ainda, mas, muito acima de ambos,  
está o vigor do caráter."**

**Theodore Roosevelt.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que com sua força sempre me <sup>ou</sup>guiaram e guiam em meus caminhos, e que com a fé que tenho nele me leva na estrada a qual minha vida segue teu rumo. Muito obrigado meu Deus pela vida que me deste.

Aos meus familiares que, com sua dedicação, amor, paciência me influenciou muito em minha vida e em meu caráter. Em especial destaque minhas irmãs Maria da Paz e Maria das Graças bem como ao meu pai, Gerônimo, que com seu jeito tranquilo e simples sempre ~~me~~ <sup>acom</sup> foi um ideal de pessoa para mim.

E por fim, mas não menos importante a minha querida Mãe, Macaria Medeiros da Silva, que está lá com Deus que sempre com sua bondade, amor e candura me influenciou em minha infância e início de adolescência com seu jeito de ser.

A professora Margarida Dias, minha orientadora de monografia, que com sua paciência e auxílio me ajudou a tornar a monografia o que é agora, ofereceu-me sugestões técnicas e teóricas que foram de muita importância para terminar esse trabalho.

E também a professora Francisca Aurinete Girão pela atenção dispensada durante todo o período do curso.

## RESUMO

Nesse trabalho focamos em três pontos que formaram o corpo do texto da monografia. No primeiro, mostro a evolução da Historiografia do Brasil desde sua origem e a influência desta foi elaborar o novo processo histórico instalado na Brasil que se encontrou de forma diferenciada da Européia, pois o contexto local não era igual a Europa , isso devido as características próprias do povo que no Brasil se encontrava. Com relação ao segundo, retrato o processo de criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte bem como os seus motivos e a influencia deste no processo de escrita da história no Estado.E por fim o último se foca na “Questão de Grossos” propriamente dita enfatizando os argumentos usados e como o IHGRN usou deles para que a posse fosse realizada a favor do Estado do Rio Grande do Norte.

### **Palavras-chave:** ✕

✕ Historiografia

✕ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte ( IHGRN)

✕ “Questão de Grossos”

## ABSTRACT

In this work focus on three points that form the body of the monograph. At first, show the evolution of Historiography of Brazil since its origins and influence of this was preparing the new historical process installed in Brazil that was found in the different European, as the local context was not equal to Europe, that because the nature of the people that was in Brazil.

As for the second, the process of creating portrait of the **Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Norte (HGIRN)**

and its motives and influences that in the process of writing the history in State. And finally is the last focuses on the "Question of Bold" emphasizing it and the arguments used as the HGIRN used them for the possession was held in favor of the State of Rio Grande do Norte.

### KEY WORDS: x

Historiography

Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Norte (HGIRN)

"Question of Bold"

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I:</b>	<b>10</b>
<b>1.HISTORIOGRAFIA:</b>	
<b>A) O que é;</b>	
<b>B) Definições;</b>	
<b>C) Importância;</b>	
<b>2.A CONTRUÇÃO DO IHGB:</b>	
<b>(A) Objetivo do IHGB;</b>	
<b>(B) Tipo de escrita de história que faz;</b>	
<b>(C) A Revista do IHGB como porta-voz da entidade;</b>	
<b>CAPITULO II:</b>	<b>19</b>
<b>1. A criação do IHGRN:</b>	
<b>(A) a motivação (Questão de Grossos);</b>	
<b>(B) Um histórico da entidade;</b>	
<b>(C) Tipo de história que escreve;</b>	
<b>CAPÍTULO III:</b>	<b>25</b>
<b>1 . As “provas” históricas de Grossos;</b>	
<b>(A) Quais os documentos utilizados;</b>	
<b>B) Quais os argumentos utilizados;</b>	
<b>(C) Como o IHGRN comprova o domínio da região;</b>	
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>33</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>34</b>



## CAPÍTULO 1

### A HISTORIOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

A Historiografia brasileira teve seu início com o processo de criação de uma cultura nacional cujo molde da mesma teve por base um estudo minucioso do processo histórico durante a gênese do País como um Estado Nacional , sendo a mesma “compreendida como o resultado material e intelectual de uma determinada sociedade com problemas econômico-sociais , políticos e ideológicos bem definidos incluindo o estudo das condições ambientais em que viveu o historiador”<sup>1</sup> , no processo da criação e também análise das obras de história que tinha por finalidade conceber a “Historiografia brasileira como processo da mentalidade de um povo.”<sup>2</sup>

Dessa maneira, para se compreender a Historiografia brasileira deve-se entender a evolução da história e o respaldo no ordenamentos social , político e econômico que veio a ocorrer durante esse período. Com isso o historiador brasileiro adapta as limitações de sua cultura dessa forma elaborando de novo o processo histórico em face de uma nova realidade , realidade essa diferente da Europa , pois é fruto de um processo de conscientização de um povo em virtude do processo de identidade criado com isso ao mesmo tempo de um cultura notadamente brasileira em sua origem , ou seja , para se compreender esse processo foram necessários estudos críticos dos historiadores focalizando em três pontos: o primeiro foi o momento histórico vivido por eles ; o segundo remete a influencia deles em suas obras e por último o pensamento historiográfico q devido as influencias deles permearam em suas obras.

Esse mesmo pensamento se encontra na obra de João Cruz Costa no seguinte texto:

---

<sup>1</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes. João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador. São Paulo, Ática, 1977. (Ensaio 31), p.10

<sup>2</sup> *Ibid.*,  
*Op. cit.*, p. 10

“O pensamento é sempre produto da atividade de um povo e, assim, é para a nossa história, nas suas relações com a História Universal, que devemos voltar-nos para aprender a nossa própria significação, o sentido do nosso espírito, a fim de melhor compreendermos os matizes da transformação de idéias que vieram exercer influência no nosso meio. Muita idéia mudou e muita teoria nascida do outro lado do Atlântico tomou aqui expressões que não parecem perfeitamente condizentes com suas “premissas” originais.” É que há um estilo<sup>3</sup> próprio aos diferentes meios, estilo esse condicionado pelas vicissitudes históricas dos povos, que determina ou que influi na transformação dos sistemas que a inteligência constrói para explicar a vida.<sup>u4</sup>

Com isso vê-se que os elementos mencionados representavam não uma manifestação isolada da historiografia, mas sim um dos elementos que explicaram o processo marcado pela independência, a agitação das províncias (na Regência), o respeito pela monarquia e também pela <sup>e</sup>Crônica, onde essa representou o pensamento colonial que se opunha a Historiografia em processo de crescimento (no caso a moderna). E somente analisando os aspectos dessa realidade histórica é que entenderemos esse processo.

?

<sup>3</sup>. O grifo é do próprio autor. *qual grifo?*

<sup>4</sup> COSTA, João Cruz. *O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil no Século XIX e a Evolução Histórica Nacional*. São Paulo, ind. Graf. José Magalhães, 1950. p.12.

Segundo Maria de Lourdes Mônaco Janotti, ~~ela nos diz na obra Historiografia em Perspectiva que no século XIX~~ a historiografia fora inicialmente definida como gênero literário, para posteriormente chegar ao patamar de conhecimento científico. Essas posturas permeiam o discurso historiográfico, apesar de sempre ocorrer uma nova roupagem a exemplo das oficinas da crítica ao cientificismo da escola ~~Metódica~~ e ao marxismo estruturalista. Essa autora afirma que:

“Constituindo-se a História em referencial teórico obrigatório para a organização de qualquer tipo de pensamento social, o discurso historiográfico dificilmente deixará de se ligar às formas literárias, à filosofia, bem como às demais disciplinas historiográficas.”<sup>5</sup>

Com isso, vemos que o processo de formação da ~~h~~ Historiografia moderna foi fruto tanto das pesquisas realizadas pelos historiadores de determinado período, período esse que veio a influenciar em seu pensamento e em seus conceitos a respeito da Historiografia, bem como da interação com outras ciências sociais que auxiliaram nesse processo de formação de uma historiografia comprometida com o campo político-social encontrado nas identidades coletivas de um povo recém independente das amarras coloniais que o prendiam.

A ~~h~~ Historiografia brasileira do final do século XVIII e início do XIX possuía uma subdivisão em suas obras em relação à classificação delas, divididas em obras de cronistas inicialmente e posteriormente seguidas pela ~~h~~ Historiografia romântica e com eles um aumento dos estudos históricos, e com isso mostra esforço de um País (no caso o Brasil) em desenvolver sua consciência como Nação livre e independente representando com isso uma ligação nos campos da política, sociedade e das análises históricas pertinentes a essa mudança, onde os historiadores românticos, conscientes de seu papel na sociedade tiveram importante significado na ~~h~~ Historiografia brasileira da independência até o fim do século XIX.

Já em relação aos cronistas, eles se dedicaram em suas obras a registrar informações aos que iriam sucedê-los, isso no primeiro momento. A Crônica do final do século XVIII e início do XIX teve seu tema focalizado na terra e em seus habitantes refletindo com isso um sentimento que se enraizava no coração dessa geração que se preparava para o processo de Independência que estava prestes a ocorrer.

Analisando o contexto histórico e a influência dos autores desses respectivos estilos de historiografias foi de fundamental importância no aspecto Historiográfico, pois teve como principal fator, ter sido por meio dele a incumbência de se representar a consciência histórica de um povo, assim como ter sido por meio da mesma que se construiu uma cultura notadamente nacional, livrando-se, pelo menos em parte, de influências externas, pois o “nascimento” da Historiografia brasileira é concomitante ao nascimento do País independente (...)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. João Francisco Lisboa: jornalista e historiador. São Paulo, Ática, 1977. (ensaios 31). P. 16. (Ensaios, 31).

Dessa forma, é nesse processo de estabelecimento de uma Nação que veio a ser de grande importância a formação de uma história brasileira em sua essência e para tal empreendimento foi criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que teve por finalidade criar um modelo de "Nação brasileira" com isso dando uma personalidade própria ao País como também ao povo, fundado por uma elite branca que tinha em seus ideais um caráter definidor de uma identidade nacional.

Esse Instituto foi criado sob influência de uma elite que com essa instituição iria realizar por meio dele como meio de refletir o ideal de Nação brasileira, portanto coube a essa entidade (IHGB) criar o projeto de escrita da história desta nação em processo de consolidação. Tendo isso como objetivo foi de suma importância pelo fato de ter estabelecido como "marco de fundação" para a historiografia nacional e como resultado acaba também institucionalizando uma forma de memória (oficial) relacionada ao passado, a história e da própria historiografia.

O IHGB surge num período caracterizado pelo surgimento de outros institutos, cujo objetivo deles era a coletânea de material da região a qual estava, para dessa forma vir a dar uma idéia de integração entre as regiões ; bem como pelo uso de um "modelo moderno" de se pensar a história mas o IHGB mesmo com o que vinha ocorrendo possuía suas próprias características:

"Herdeiro de uma concepção antiga de história, lança-se o Instituto Histórico à tarefa de escrever a gênese da Nação brasileira, preocupação, neste sentido, moderna da historiografia européia do século XIX. Momento mesmo de passagem, esta historiografia abriga aspectos de uma visão antiga e de uma visão moderna de se pensar história. Utilizando-se categorias próprias da história iluminista, vai-se tentar dar conta da especificidade nacional brasileira em termos da sua identidade e do papel que lhe caberá no conjunto das nações."<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> GUIMARÃES, M.L.S. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. P. 16

Analisando esse trecho chega-se a constatar que o método empregado pelo IHGB tinha um objetivo de caráter moderno, devido ao fato de ser relacionado a um projeto da “história nacional” brasileira, utilizando-se um modo antigo de se criá-la empregando como recurso um modelo clássico de história.

“Assim – se a história é o meio imprescindível para a composição da nacionalidade e ainda que o IHGB parta do Instrumento da História e da Geografia para a definição do quadro nacional em consolidação- percebe-se a presença de elementos exógenos ao modelo moderno – e cientificista – de história, elementos oriundos da tradição clássica e iluminista, marcantes principalmente na primeira geração, geração fundadora do IHGB.”<sup>8</sup>

Esse modelo clássico da História mencionado anteriormente atribui à própria História, geradora de exemplos tanto para o presente quanto para o futuro, onde a mesma se configura numa integração entre passado, presente e futuro. E por meio desse método garantir por meio dos exemplos do passado, tomar as melhores decisões no tempo presente e servir de modelo para as gerações futuras.

Logo, a historiografia que aqui se institucionaliza desde 1838, com a fundação do IHGB é que contribuiu para dar os contornos da história nacional, contribuindo com isso para forjar a própria identidade nacional, que além de estabelecer o ritmo e a leitura autorizada em torno da produção anterior ao próprio estabelecimento do Instituto, mais peculiarmente falando em relação ao século XVIII e às academias criadas no Brasil naquele período, que procurou na junção de dois regimes de historicidade – o clássico e o moderno – fazer uma integração entre o “velho” e o “novo”, necessidade essa resultante da própria emancipação política brasileira e de suas elites.

Com isso vemos que a fundação do Instituto se origina em junção com o objetivo inicialmente em formar uma história comprometida com o processo de formação da Nação em que as elites brasileiras que compunham os membros do Instituto

<sup>8</sup> GUIMARAES, M. L. S. *Op. cit.*, p. 15.  
Op. cit., p. 15  
†.

produziram-na como forma de se ver o Brasil de forma homogênea entre as diversas elites que existiam no País, a fim de que eles fossem responsáveis de repassar o esclarecimento para o resto da sociedade após às elites dela usufruírem. Esse instituto teve como marca a leitura da História, que com ele veio a ter uma dupla finalidade, onde a primeira como mencionado anteriormente foi o de retratar a gênese da Nação brasileira e a segunda foi o de propor para a Nação recém independente um modelo de civilização branca e européia.

Como disse Januário da Cunha Barbosa, o Instituto seria “a luz a retirar a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de “Luz e Ordem”. ”<sup>9</sup> Essa frase nos remete a finalidade do próprio Instituto que tinha por objetivo desvendar o “nosso verdadeiro caráter nacional.”<sup>10</sup> Com esse objetivo em mente, os detentores do poder ( no caso os políticos comprometidos com os ideais de uma monarquia constitucional junto com o ideal de um Estado centralizado ) viam a necessidade de se estabelecer uma ordem frente ao caos que reinavam próximo ao Brasil nas outras repúblicas existentes. E com isso a instituição teve o importante papel de ser a única e legítima a escrever a história do Brasil e com isso trazer uma luz sobre o verdadeiro caráter da Nação brasileira. Onde essa legitimação se encontrava no interior de uma elite intelectual ligada ao império que veio a contribuir para uma divulgação do modelo de “projeto nacional” empreendido por essa classe em seu meio. Com isso mencionado anteriormente, um jornal da época chamado Minerva Brasiliense na edição de novembro de 1843 retrata a importância do Instituto:

---

<sup>9</sup> *Autos*,  
Op. cit., P. 10

<sup>10</sup> *Autos*,  
Op. cit., P. 11

“(…) Uma história geral e completa do Brasil resta a compor , e se até aqui nem nos era permitido a esperança de que tão cedo fosse satisfeito este “ desideratum” , hoje assim não acontece , depois da fundação do Instituto Histórico , cujas importantíssimas pesquisas no nosso passado deixam esperar , que esta ilustre corporação se dê à tarefa de escrever a história nacional , resultado final , para que devem convergir todos os seus trabalhos.”<sup>11</sup>

Para que o Instituto Histórico fornecesse para as gerações posteriores o material coletado em pesquisas realizadas em seu interior foi criado a Revista do IHGB , marcado pela presença da elite intelectual , pois a mesma compunha a instituição desde a sua fundação .Uma característica peculiar é que o IHGB nos seu primeiros anos manteve um contato com o Instituto Histórico de Paris , que teve influência no modo de funcionamento e também nos fornecimento de parâmetros em relação ao trabalho historiográfico o qual ainda era incipiente em nosso País.E outra característica que surgiu com esse contato foi o ideal de se criarem ramificações do Instituto a fim de que com a coleta do material na demais províncias servisse de base para dar uma unidade cultura e territorial nesse processo que serviria de integra-las.

No início, os artigos publicados tinham por preocupação a busca da credibilidade dos documentos analisados e influenciados por uma leitura antilusitana que fizeram parte dos esforços empregados , em particular, no campo da política , à construção tanto da memória como propriamente da história desse novo país em processo de crescimento.O conteúdo dessa revista possuía como finalidade:

“(…) registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgarem cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da Revista se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contida de artigos, biografias e resenha de obras.”<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Trecho extraído do jornal Minerva Brasiliense Rio de Janeiro, 1(2): 51-3. Nov. 1843.

<sup>12</sup> GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. P. 18

Como mencionado anteriormente, viu-se que a composição dessa instituição abarcava a elite e o uso da revista por ela servia de instrumento para se divulgar sobre o estabelecimento de uma história oficial do Brasil que devido à influência do Instituto Histórico de Paris realizava apologia sobre os grandes nomes do país e personagens históricos bem como na publicação de fontes primárias, que serviu de base para a instituição desses métodos na instituição brasileira que dava seus primeiros passos.

Como mencionado anteriormente, viu-se que a composição dessa instituição abarcava a elite e o uso da revista por ela servia de instrumento para se divulgar sobre o estabelecimento de uma história oficial do Brasil que devido à influência do Instituto Histórico de Paris realizava apologia sobre os grandes nomes do país e personagens históricos bem como na publicação de fontes primárias, que serviu de base para a instituição desses métodos na instituição brasileira que dava seus primeiros passos.

## CAPITULO 2

### A CRIAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, como em outros estados, foi fundado no início do século XIX na data 29 de março de 1902 cujo objetivo desta era semelhante ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que era “traçar a gênese da sociedade brasileira.”<sup>13</sup>

Paralela a essa instituição tivemos a criação de outros Institutos na região nordeste, a exemplo das cidades da Paraíba e Sergipe a qual irei fazer uma breve comparação dos Institutos desses estados em relação ao criado no estado do Rio Grande do Norte, mais claramente sobre o contexto da fundação destes, seus membros e o contexto histórico que levou a esse desfecho.

Iniciarei com o Estado da Paraíba, cuja necessidade da criação de uma história paraibana já era divulgada nos jornais daquela região na passagem da Monarquia para a República, mas somente em 1905 é que a idéia do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba estaria consolidada. Os fundadores do Instituto Histórico Paraibano semelhante aos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro faziam parte da elite, tendo essa classe como atividades os cargos públicos e/ou burocráticos onde estes dedicaram-se a: “a passagem de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com história e escrita pelos paraibanos.”<sup>14</sup>

Com isso em mente, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba tinha por objetivos a organização das fontes e outras tarefas considerada importantes, e por objetivo maior o de escrever a história da Paraíba, sendo a mesma escrita pelos próprios paraibanos dando a esse objetivo uma importância ainda mais significativa no tocante ao fato de que com isso se demonstraria a grandeza desse Estado como mencionado no seguinte trecho:

<sup>13</sup> GUIMARAES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional, p. 7

<sup>14</sup> DIAS, Margarida Maria Santos. Intrépida Ab Orígene! O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da História local, p. 36

“Quando amanhã, na plena exuberância de um vitalidade inexharável , o Instituto Histórico , revestido das galas de repetidos triunphos , compulsar as chronicas apoucadas que ora lhe legamos , conhecerá bem a extensão do seu merecimento em ter feito sahir do nada o movimento perenne da grandeza parahibana.”<sup>15</sup>

Portanto o estudo nessa instituição estava centrado nos seguintes elementos: na grandeza das terras e do tipo de pessoa que compunha essa região; na grandeza do Instituto em si e por fim na grandeza da história da Paraíba na qual essa instituição não mediu esforços no sentido a qual fora destinada que se representa nessa passagem: ↷

“A nossa instituição está fadada a prestar os melhores serviços à nossa querida Parahyba , cuja historia precisa ser conhecida.”<sup>16</sup>

?

?

?

<sup>15</sup> Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - Ano 1, vol. 1, João Pessoa :Editora Universitária , UFPB , 1980, ~~revisão~~, p.90.

<sup>16</sup> *Op.cit* , p.121

*Ibid.*

Esse Instituto (no caso o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba) teve sua criação marcada por uma Comissão formada para programar as comemorações que iriam ocorrer no dia 7 de Setembro de 1905. Dessa Comissão, participaram pessoas influentes do Estado da Paraíba, entre os quais fizeram parte o próprio Presidente do Estado Álvaro Machado e o Bispo D. Adauto de Miranda Rodrigues. E aproveitando o ensejo foi criada uma subcomissão que fora escolhida com a finalidade de elaborar o projeto referente aos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, sendo essa constituída por Flávia Maroja, João Pereira de Castro Pinto, Manoel Tavares Cavalcanti, João Machado da Silva, João de Lyra Tavares, Francisco Coutinho de Lima e Moura e Irineu Ferreira Pinto. Esse projeto fora aprovado na data de 12 de outubro de 1905, quando o Instituto Histórico desse estado foi definitivamente instalado.

Portanto chega-se a conclusão que esse Instituto Histórico manteve uma ligação com o Estado, sendo que este contribuiu com toda a infra-estrutura necessária para sua instalação e implementação dos seus objetivos e com isso dava condições para se realizarem as pesquisas históricas e geográficas, a organização das fontes documentais e a publicação da Revista do Instituto, com isso o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba veio a ser, antes da criação da Universidade Federal da Paraíba, o único foco de produção da história da Paraíba.

Saindo da Paraíba vamos para o Estado de Sergipe. Instituto que se instalou nesse estado que também era conhecido por alguns sócios dessa instituição como “Casa de Sergipe”, onde a fundação do mesmo veio a ocorrer no período da euforia cientificista da passagem do século XIX para o XX, cuja composição do mesmo foi feita por bacharéis respeitáveis do estado.

Sua criação data de 1912, marcado pela ressaca republicana recém adquirida no País, e o mesmo possuía como diretrizes as mesmas que o IHGB que era: “a coleta e publicação de documentos relevantes para a História do Brasil e o incentivo ao ensino público, de estudos de natureza histórica.”<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização... Op. cit. P. 89

Portanto, com isso chega-se a conclusão que o IHGB serviu de modelo inspirador ao IHGS, mas esse veio a possuir diferenças em relação ao primeiro. A primeira delas refere-se aos referenciais teóricos e às concepções de História e Geografia adotadas pelo Instituto de Sergipe, isso porque o modelo institucional francês de Comte (isso em sua vertente religiosa) e do cientificismo alemão, sendo este embasado pelas teses de Haeckel e Ratzel, enquanto que o IHGB entrava no século XX um tanto receoso no emprego de outros métodos e teorias no que concerne ao recolhimento de fontes e no caso de se narrar sobre a “Nação brasileira”.

A segunda diferença é em relação aos motivos da fundação do Instituto local (nesse caso o de Sergipe). Isso por que o projeto inicial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) estava ligado a política estabilizadora e centralista das primeiras décadas do Império brasileiro com o intuito de escrever a história nacional. Como a província de Sergipe não fez parte da rede de instituições promovida pelo IHGB, o nascimento do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) se caracterizou por ser um projeto da periferia em relação ao centro, e por meio desse realizar um esforço de reafirmação da identidade dos pequenos estados, portanto o IHGS nasce de forma diferente do IHGB no tocante ao projeto que se originou com sua fundação que era um projeto republicano diferente da proposta inicial proposta pelo IHGB.

E foi devido a essas características que veio a compor o quadro fundador do IHGS que se criou uma relação próxima entre esse Instituto e a sociedade local e com isso servir ao povo sergipano com sendo: “a voz dos sergipanos”, dessa forma se tornando o porta-voz desse povo na construção de Sergipe marcada pela relação entre o povo e o Instituto. Isso ocorreu em seu primeiro momento pela consolidação da região para uso desse povo em vias de formação de uma identidade própria e por meio dessa se criar uma memória que seria de marco para todos daquele estado (a exemplo disso temos os símbolos pátrios) e foi com essas características que se estimulou o processo civilizatório por meio da Instrução pública e de outros caminhos do saber, garantindo com isso um meio que serviu para resguardar às gerações futuras destacando-se a biblioteca, o arquivo, o museu e a Revista do Instituto.

Após fazer a relação entre esses Institutos e suas características mencionadas anteriormente, voltemos à atenção ao IHGRN e a suas particularidades em comparação a esses outros Institutos. O que levou a fundação desse foi devido a um litígio que veio a colocar os limites territoriais do Estado do Rio Grande do Norte em risco, sendo o mesmo denominado de “a Questão de Grossos” .Esse litígio serviu de mola mestra para incentivar os intelectuais do Rio Grande do Norte que havia necessidade de se criar uma instituição que se encarregaria dos estudos históricos e geográficos em relação ao Estado do RN.

Foi por meio do Instituto local, que o Rio Grande do Norte criou um espaço que serviria tanto para o desenvolvimento das pesquisas históricas e geográficas que deram respaldo a comprovação da posse de Grossos para o Estado bem como também de meio para se manter a integridade territorial do estado.

Esse Instituto possuiu em seus estatutos (objetivos) semelhança às outras entidades do mesmo gênero que tinha por finalidade a coleta de fontes ,e com isso documentá-las para publicações posteriores que serviriam desse modo para os estudos a respeito do Estado do Rio Grande do Norte em relação as características históricas, geográficas, arqueológicas e etnográficas.Desse modo compondo um acervo documental bastante rico com seu material coletado que demonstrava dessa maneira: “à administração do Estado , onde atuavam grande parte de seus sócios e principais doadores na construção desse acervo.”<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> MENEZES, O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte : Um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. Caderno de História, Natal , v. 34 , p. 41-57 , jul./dez. 1996 ; jan./jun. 1997.

Seguindo a linha do IHGB e de outros institutos a esse relacionado, o IHGRN também tinha a meta que se comprometia em se publicar a Revista do Instituto que veio a ser publicada a partir de 1903 e serviu de registro do conhecimento e das pesquisas adquiridas sobre o Estado. Com isso vimos que o IHGRN possuiu uma importância ímpar no tocante a servir tanto de arquivo pelo fato de ser ele um organizador e coletor das fontes registradas, biblioteca por causa da consulta de seu material por outros estudiosos e também como museu devido a concentração de peças de valor histórico e cultural para o Estado. E foi devido a essas características que serviram de base para o trabalho cotidiano dessa instituição que se remete até os dias atuais.

Com relação ao processo de construção dessa história, no IHGB a mesma ficou sob a gerência de alguns intelectuais que tinham por função levar ao povo a “verdade histórica” e com isso iria servir para eles desenvolverem seu potencial. Seguindo essa linha, o IHGRN em seus textos representou toda a oligarquia local. A história propagada por essa elite se baseou nos grandes fatos (acontecimentos) que serviria de molde para que as gerações posteriores não esquecessem as tradições locais registradas.

A elite que veio a compor os editores do IHGRN fora composto por desembargadores, políticos, escritores, em suma os representantes da elite estadual onde seus escritos representavam em si classe a qual pertenciam, ou seja, a história que se escreveu no estado do RN foi marcada por ser elitista e que tinha por objetivo construir uma identidade local sob a ótica dos representantes da elite local que serviriam junto com a intelectualidade de seus membros de porta-vozes aos anseios que se encontravam nesse Estado.

### CAPITULO 3

#### AS "PROVAS" HISTÓRICAS DE GROSSOS

Com relação às "provas históricas" que dariam o respaldo para a posse definitiva do território mencionado no capítulo anterior que foi o estopim para se institucionalizar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte de forma que essa instituição e seus membros dessem informações com suas pesquisas irei fazer um balanço entre os Estados <sup>(Ceará e Rio Grande do Norte)</sup> e com isso demonstrar como o Estado do Rio Grande do Norte veio a sair vitorioso no litígio em questão, no transcorrer desse capítulo.

A bancada cearense, segundo a obra: "Questão dos limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte" de Antonio Tavares de Lira, nos remete <sup>a</sup> três argumentos utilizados na opinião do Conselheiro Lafayette, onde tendo como ~~X~~ primeiro, o fato de que esse relata que foi por meio da Carta Régia de 17/12/1793 que inicialmente se estabeleceu (cuja lei desta veio a estabelecer) os limites entre as capitanias do Ceará e do Rio Grande do Norte.

O segundo argumento utilizado pelos cearenses ~~que alegavam~~ <sup>que</sup> que a carta régia ~~teve execução~~, foi um documento denominado de "Edital": Com este documento os Cearenses ofereceram o mesmo como prova ~~de~~ <sup>de</sup> que a carta de 17/12/1793 teve execução em 17/07/1801 ou mesmo antes.

E no ultimo deles ~~se~~ <sup>se</sup> refere à posse anterior a 1793, pelo Ceará, no qual o mesmo oferece documentos para provar sua posse até essa época que são os seguintes:

- 1) A representação de 15/05/1700;
- 2) As nomeações, por patentes de capitão e sargentos, feitas por Montauray de 1783 a 1789, a princípio da ponta de Mossoró até o porto do Ceará, depois ampliadas <sup>por ser útil</sup> ao serviço real, até as entradas de Mossoró;

Na obra <sup>qual?</sup> analisada, mostrou-se, de acordo com os <sup>quais?</sup> documentos, que os argumentos usados pelo Ceará foram insuficientes para que o intento desse Estado se concretizasse.

<sup>confuso</sup> Na conclusão da obra analisada nos dará os detalhes que levaram a esses desfecho:

1) Que a Carta Régia de 1793, fora expedida para desmembrar território dentro da mesma Comarca e não para estabelecer limites entre duas capitanias, dessa forma não prejudicando o Rio Grande do Norte;

2) O Edital da Câmara de Aracaty não prova posse judicial e muito menos demarcação;

3) Não é exato que a posse do território contestado tenha sido, ~~ou seja~~, do Ceará;

<sup>qual?</sup> 4) Esta afirmação feita pelo desempatador é tão inverídica como a de Jiqui e Catinga de Góes, conforme consta no laudo, <sup>ficam</sup> a margem esquerda do Mossoró: ficam a margem do Jaguaribe, muito distante do Mossoró; O conselheiro Lafayete mostrou não conhecer a topografia da área contestada;

5) Que resolvida esta questão pela carta régia citada ou pelo <sup>do laud</sup> "Uti Possidetis" – únicas soluções a que poderá chegar a Comissão, se não vencer a preliminar da inconstitucionalidade, o direito do Rio Grande do Norte triunfará;

Segundo análise feita na obra em relação aos <sup>quais?</sup> termos e a história da Carta Régia, os mesmos excluem a hipótese de ter sido ela expedida para estabelecer limites entre duas capitanias, pois a sua finalidade foi a de desmembrar terrenos do Aquiraz e Icó, dentro do distrito do Ceará, para compor o termo do Aracaty. Outro ponto relevante em relação a carta régia é que a mesma continha a cláusula <sup>de</sup> que, se alguma vila se julgasse lesa, fosse sustada sua execução, interpondo o capitão-geral o seu parecer para que a metrópole resolvesse. Desse modo, a vila do Aquiraz representou contra ela, em <sup>o quê?</sup> 1794 e sendo assim a representação teve andamento: logo, a sua suspensão impunha-se.

Analizando o documento "Edital", o mesmo contém apenas a <sup>C</sup> carta <sup>R</sup> régia e o cumpra-se do Juiz Ouvidor Manoel Leocadio Rademaker, com a declaração de que o mesmo ouvidor dera posse judicial dos lugares que indica à comarca da Vila do Aracaty. Seguindo essa linha de raciocínio, esse documento, passados dez anos depois pelo secretário de uma câmara interessada, viesse a constituir a prova de uma demarcação, sem ao menos constar a data em que se procedeu esse fato, qual o juiz demarcante, o agrimensor que a realizou e mais formalidades processuais. Desse modo, o "edital" exibido não é uma certidão desse outro, não inseriu esta, nem ao menos fala que a demarcação tivesse tido lugar, logo a sua prova não se fez.

Como prova ainda que a demarcação não existiu foi o fato de que o juiz não podia autorizar tal coisa :

1) porque o juiz não teria procedido a ela sem a citação legal da Câmara da Vila de Princesa;

2) porque, como afirma Studart (<sup>\* data</sup> ~~História do Ceará~~, <sup>quemé?</sup> pag. 485), Rademaker, removido do Ceará para a Paraíba, em fins de 1800, o mesmo achava-se em correição na distância de 40 léguas da Capital e a notícia de sua demarcação só podia chegar ao seu conhecimento, comunicada, como foi, por portaria do governador, em meados de 1801;

3) porque, sendo o governador Bernardo Manoel de Vasconcelos quem, por ofício de 6 de março de 1800, remeteu ao juiz Ouvidor a <sup>C</sup> carta <sup>R</sup> régia de 17/12/1793, afim de dar-lhes execução, não podia, se a demarcação tivesse tido lugar, em 17/06/1801, ignorá-la. Um ano depois, no entanto, é ele mesmo quem, tratando de uma questão entre as Câmaras das vilas de Icó (Ceará) e Pot' Alegre (Rio Grande do Norte), que disputavam a chapada da serra do Câmara, em ofício de 1/10/1802, <sup>8/3?</sup> que a linha divisória das duas capitanias era a vertente das águas.

4) porque, existindo a demarcação, o governador do Ceará, Manoel Ignácio Sampaio, que mandou levantar por seu ajudante de ordens Paulet, a carta geográfica da costa, assinalando os limites entre as duas capitanias, não teria proposto resolver a questão que havia entre elas por meio de representação de ambos;

5) porque, existindo a demarcação, as arrematações do dízimo do gado, toda ribeira do Apodi, não continuariam a ser feitos/ pela provedoria do Rio Grande do Norte e aprovados pela provisão régia de 12/01/1820(documento n.2); *onde está?*

6) porque, existindo a demarcação, os dízimos reais do sal em toda margem em litígio não continuariam a ser cobrados pela provedoria do Rio Grande do Norte, arrematados mediante editais e sancionados pela provisão régia de 9/12/1816, sendo a força pública paga de seus soldos e fardamentos com tais dízimos (documento n.3); *onde está?*

7) porque, existindo a demarcação, os geógrafos e historiadores não a desconheciam; e, entretanto, Candido Mendes, em seu Atlas do Império, diz que ela nunca se fez, bem como outros autores concordaram com isso também.

8) E por fim, porque Rademaker era ouvidor e o mesmo só conhecia das demarcações em grau de recurso;

Com relação à posse anterior a 1793, os <sup>quais?</sup> documentos os quais o Ceará oferece para sua posse sobre o território contestado não são prova.

Assim como em relação à representação de 15/05/1700:

a) porque a representação, além de não fazer prova, porque ninguém pode ser parte e juiz ao mesmo tempo, não mereceu aprovação da Metrópole, como se vê da carta régia de 2/12/1700;

b) porque a representação foi feita no sentido de conseguir a posse da povoação de Carathéus, na serra de Ibiapaba, e não de estabelecer limites com o Rio Grande do Norte. O Ceará, como refere o Conselheiro Araripe, antes de 1700, não tinha carta régia que lhe desse limites;

*confus*  
c) porque inúmeras são as cartas e provisões régias dando como parte integrante da capitania do Rio Grande do Norte, as ribeiras do Seridó, Assu e Apodi; e, sendo leis as cartas e provisões, só por lei podia a ribeira do Apodi ser desmembrada;

*quem é?*  
- Já com relação às nomeações feitas por Montaury, eles não procedem:

a) por que ele não tinha competência para fazê-las, conforme lhe declarou o capitão-geral de Pernambuco, em ofício de 08/07/1793, recomendando ao juiz ouvidor que não as cumprisse;

b) por que Montaury é contraditório consigo mesmo, pois, pretendendo criar uma capitania geral queria por desagregação para constituição desta as ribeiras do Assu, Apodi, Luiz Gomes e etc, o que coloca fora de dúvida que tais ribeiras pertencessem ao Ceará; ?

c) porque as atas de Montaury não podiam revogar provisões e cartas régias;

Revista do Rio Grande do Norte (vol 1, numero 1 de 1903)

*Porquê colocar esse item?*

Tema trabalhado:

-“Os limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte foram primitivamente fixados da Costa para o centro, ou vice-versa?” (primeiro quesito, pág. 41).

-“Haverá na Costa algum ponto saliente, que possa dividir em zonas distintas a parte de cada um daqueles Estados e, se há onde pode ser fixado?” (segundo quesito, pág. 42).

-“Se os limites foram fixados do Centro para a Costa, até onde começa a dúvida para as duas partes, ou para um deles?” (terceiro quesito, pág. 46)

-“A fixação dos limites inquestionáveis teve por base “divortium aquarum” ou alguma linha geográfica?” (quarto quesito, pág. 48)

-“qual desses meios pretende o Ceará para fixar os limites duvidosos e quais os títulos da sua pretensão?” (quinto quesito, pág. 52)

--“Esses títulos referem-se ao Jaguaribe e ao Mossoró como “ribeiras” ou como “rios”; e, em ambos os casos o que se deve entender por esta, e por aquela denominação?” (sexto quesito, pág. 60)

-“Onde e desde quando o rio Apodi (ou a ribeira) tomou o nome de Mossoró?” (sétimo quesito, pág. 63)

-“Haverá naquela região outro riacho ou ribeira com o nome de Mossoró, e se há, onde existe?” (oitavo quesito, pág. 75).

-“Onde existiu e desde quando desapareceu o marco que estava na praia e servia de limites às duas capitânicas (hoje Estados), segundo documentos, de fls. 121 e 122 oferecidos pelo Procurador Geral do Ceará, nos autos do conflito, que ele suscitou perante o Supremo Tribunal Federal?” (nono quesito, pág. 79).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Vol. 1, numero 2 de 1903), pág. 20

-Segundo os documentos analisados nesse volume e da marcha da colonização do RN chegou-se a conclusão que :

\*A colonização do Rio Grande chegou no começo do século XVII à margem oriental do Jaguaribe;

\*Seu governo desde o começo do século XVIII exerceu jurisdição na zona litigiosa até o morro de Tibau;

\*Não há nenhuma Carta régia que trace os limites com o Ceará, como não há relação a nenhuma das capitanias do Brasil;

\*Eles são firmados pela colonização, pelo “Uti Possidentis”, e, sob este ponto de vista, é incontestável o direito do Rio Grande em seus limites com o Ceará traçados pela cordilheira do “Apodi”, até o morro do “Tibau”;

Como podemos ver essa é uma questão central para o IHGRN e para a Revista, pois é tratado em vários artigos. No primeiro artigo retirado da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (vol. 1, numero 1 de 1903) foi trabalhado sob o foco de se encontrar o marco que veio a dividir os dois Estados em litígio, no caso o Ceará e o Rio Grande do Norte , bem como a fixação dos limites entre ambos. Com relação ao primeiro tema mencionado houve o questionamento sobre a existência de um marco que estava na praia e dividia os dois Estados (na época capitanias) oferecidos pelo Procurador Geral do Ceará .O segundo tema se embasava nas seguintes questões: se os limites entre os Estados em questão foram fixados do centro para a costa ou o inverso , se houve algum ponto na costa que veio a servir de divisor entre os Estados e os outros temas se fixavam nas questões geográficas .

Já na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Vol. 1, numero 2 de 1903), pág. 20 nos diz que a colonização do Rio Grande do Norte teve seu início no século XVIII na margem oriental do rio Jaguaribe assim como seu governo desde o século XVIII exerceu influência sobre a área em litígio ate ao morro de Tibau, outro ponto defendido nesse artigo foi o fato de que não houve nenhuma Carta régia que traçou os limites com o Ceará, como não há relação a nenhuma das capitanias do Brasil e por fim a posse dessa região foi marcada em si pela colonização.

Dessa forma chegou-se a constatação após análise feita sobre os documentos analisados anteriormente que a posse do território em questão disputado por ambos Estados foi de fato resolvido a favor do Rio Grande do Norte com isso resolvendo a questão e a pose do território de Grossos. O motivo que veio a ser de importante relevância se encontra na obra mencionada no parágrafo anterior no que se refere a posse da região no tocante à colonização por meio do Uti Possidentis , no qual o Estado do Rio Grande do norte teve a posse da região em questão devido a posse da mesma

por um determinado período de tempo , sendo segunda a obra : “é incontestável o direito do Rio Grande em seus limites com o Ceará traçados pela cordilheira do “Apodi” , até o morro do “Tibau”; .Os motivos adicionais que vieram a ser utilizados como ganho de causa em questão a favor do Rio Grande do Norte são os seguintes: o fato de a carta régia de 1793 foi expedida para desmembrar território e não para estabelecer limites entre as duas capitanias , outro ponto foi o edital da Câmara de Aracaty que não provara posse judicial e muito menos demarcação e por fim teve o fato de que o juiz não poderia autorizar tal intento por causa de o mesmo não ter procedido a ela sem a citação legal da Câmara da vila de Princesa. Sendo esses os pontos relevantes a favor e com isso foram de grande relevância para se compreender o motivo da posse da região em litígio a favor do Estado do Rio Grande do norte como demonstrado no corpo desses capitulos.

## CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento deste trabalho pude ver o quão importante se tornou para o Estado do Rio Grande do Norte a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), isso por que foram devido a esse Instituto que se iniciou o processo de se acumular os conhecimentos adquiridos por meio de estudos e pesquisas a respeito dos aspectos históricos e geográficos do Estado. Essa instituição foi de suma importância no tocante a essas pesquisas porque o mesmo teve o encargo de registrá-las para as gerações posteriores assim como servir de local para se efetuar pesquisas a respeito dos temas analisados. Esse instituto foi de grande importância no tocante a forma de escrita da História porque o mesmo elaborado pela elite local teve por finalidade com a história elaborada pela mesma construir uma identidade regional (no caso local) que correspondesse aos anseios dessa classe.

Como mencionado no corpo desse trabalho o motivo que levou a intelectualidade do Estado em concentrar seus esforços e devido a isso fundar-se o Instituto local foi o litígio que ocorreu entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte denominado de “Questão de Grossos” que ocorreu em fins do século XVIII e início do XIX. Essa questão foi de grande importância para o Estado do Rio Grande do Norte porque com isso aumentou significativamente o estudo tanto do aspecto histórico quanto geográfico da região em questão dessa forma ampliando os conhecimentos antes não possuídos no estado nesses aspectos assim como servir de meio para com o conhecimento adquirido de a região dar certa integração ao Estado.

Esse tema analisado é de grande importância para o Rio Grande do Norte por que foi por meio dele que se reafirmou a consolidação do Estado que estava se organizando nesse período, isso por que com o resultado do litígio a favor do Rio Grande do Norte após as pesquisas realizadas o Estado conseguiu um duplo efeito benéfico, onde o primeiro se centrou no domínio da região a favor do estado do Rio Grande do Norte e o segundo se remete ao conhecimento adquirido tanto da região em questão assim como de outras localidades analisadas no transcurso dos eventos.

**FONTES E BIBLIOGRAFIA:****BIBLIOGRAFIA**

LYRA, Antonio Tavares de. Questão de Limites entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Coleção Mossoroense, série B- número 815, 1990

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. P. 16

MENEZES, Karla. "O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907" in Caderno de História. Natal, v.3/4, n. 2/1, jul./dez. 1996; jan./jun. [s.n.], 1997.

MATA Sarah Virgínia Sousa da. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Análise sobre sua revista de 1930 a 1935. Monografia-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

AZEVEDO, Wadna Lira de. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: uma visão Historiográfica entre 1941 e 1947. Monografia-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998. p.119-143.

DIAS, Margarida dos Santos. Intrépida ab origine (O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a historiografia local – 1905- 1930). João Pessoa, 1994.

MONTENEGRO, João Alfredo. Historiografia do Instituto do Ceará. Fortaleza, CE: Ed. Imprensa Universitária. UFCE, 2003.

FREITAS, Itamar. A escrita da História na "Casa de Sergipe" -1913/1999. São Cristóvão: <sup>Ed. de</sup> ~~Vitoria~~ UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. João Francisco Lisboa: Jornalista e historiador. São Paulo, Ática, 1997. (Ensaio 31).

*Ordem alfabética*

**FONTES:**

REVISTA DO RIO GRANDE DO NORTE, vol. 1, numero 1 de 1903.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, Vol. 1, numero 2 de 1903.